

IV Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais

Tema: A função ambiental e a agricultura sustentada

7 e 8 de Junho de 2001- S. Tiago de Compostela

Fernando Pereira – Escola Superior Agrária Bragança – Dep. Economia e Sociologia Rural, Q. de Sta. Apolónia, Ap.172 - 5300 Bragança, fpereira@ipb.pt

Edite Morete – Escola Superior Agrária Bragança. Curso de Gestão dos Recursos Florestais.

Aplicação do Reg. (CEE) 2080/92 (arborização de terras agrícolas) no Parque Natural do Montesinho-Nordeste de Portugal

1. Introdução

As zonas rurais de montanha, nas duas últimas décadas, experimentaram alterações sócio-económicas profundas que, entre outras consequências, implicaram adaptações e, até o desaparecimento, de alguns sistemas de agricultura. Neste cenário, o regime de ajuda à florestação de terras agrícolas de menor aptidão, cujo instrumento oficial é o Reg. (CEE) 2080/92, desempenha um papel importante. A arborização, em princípio, traz vantagens como a criação de zonas verdes, a diversificação de ecossistemas e a produção de produtos e matérias primas, algumas das quais deficitários na UE. Todavia, a sua aplicação é, quase sempre, contingente face à especificidade sócio-económica local e à interpretação que os promotores fazem da natureza e alcance dos programas.

A presente comunicação resulta de uma acção conjunta entre a Escola Superior Agrária de Bragança e o Parque Natural do Montesinho (PNM), concretizada através do trabalho de três estagiários, cujo objectivo principal foi avaliar o impacto da aplicação do Reg. (CEE) 2080/92 no Parque Natural de Montesinho. Os objectivos específicos foram os seguintes: (1) traçar o perfil do proprietário e ouvir a sua opinião em relação ao projecto; (2) avaliação individual do projecto: determinação das áreas com GPS e comparação com as áreas declaradas; determinação do uso do solo anterior à implementação do projecto; relação espécies preconizadas no projecto e espécies implementadas e proveniência das mesmas; verificação das técnicas de instalação executadas e do Plano Orientador de Gestão (POG); avaliação do estado actual do projecto (ponto de vista ecológico e produtivo, estado fitossanitário e danos causados por animais silvestres).

Quanto à metodologia fez-se uso de diferentes técnicas de investigação e tratamento de dados. A revisão bibliográfica assentou na consulta de obras, relatórios, estatísticas e documentos dos projectos. O trabalho de campo consistiu em visitas aos projectos, durante as quais se procedeu ao preenchimento de uma ficha de campo (técnica de observação) e realização de um questionário do tipo fechado. A visita tinha uma duração variável, entre 1 a 4 horas, dependendo do número, tamanho e distância entre as parcelas, do tamanho das parcelas do projecto e, ainda, das condições climáticas. Por vezes, a visita completa a um projecto prolongava-se por mais de um dia.

A primeira tarefa consistiu em identificar os projectos de facto realizados, relativos aos anos de 1994 a 1998 inclusivé, eliminando candidaturas repetidas (escolhíamos a mais recente), ou reformuladas. Chegamos assim a uma amostra aleatória de 20 projectos¹. Destes retiramos a localização, contacto do proprietário e informações acerca das parcelas que iriam ser cartografadas. A visita era feita em viatura oficial, acompanhados por um técnico do PNM. No campo procedia-se à delimitação das áreas de todas as parcelas do projecto, com recurso ao receptor GPS, tendo o cuidado de tirar mais pontos nos cantos das parcelas. Depois, procedia-se ao respectivo inquérito e à observação de campo com a ajuda de uma ficha de campo, verificando as espécies plantadas, o compasso, o estado fitossanitário (manchas foliares, doenças ou pragas), o estado do solo sob-coberto, o estado de desenvolvimento (homogeneidade, crescimento e vigor) e, ainda, os estragos provocados por animais silvestres.

2. O Homem e o uso do solo no PNM

O PNM, ocupa uma superfície de cerca de 75 mil hectares, localiza-se no nordeste de Portugal, na região de Trás-os-Montes, abrangendo a parte norte dos concelhos de Bragança e Vinhais.

A agricultura do PNM, segundo Moreira (1984) é baseada na rotação bienal de batata-centeio nas terras aráveis e na produção de bovinos, ovinos e caprinos sustentados por lameiros e pastagens baldias. Na composição dos lameiros predominam as gramíneas, sendo frequente a prática da rega de lima efectuando-se na época fria com a finalidade de diminuir os efeitos nocivos das geadas (Gonçalves, 1985). As culturas arvenses (principalmente, trigo e centeio), têm sofrido uma redução acentuada, dado que nos anos cinquenta, as encostas, planaltos e até

¹No entanto, este estudo englobou a análise de todos os projectos entrados até 1998 e executados, que são cerca de 60; os restantes quarenta estão, no momento, a ser tratados e analisados. Os resultados preliminares, no entanto, confirmam a tendência verificada nesta amostra de 20.

sob-coberto de castanheiro eram cultivados com cereal em rotação com pousio (Pires e Moreira, 1995). As plantações de castanheiros, para a produção de castanha, têm vindo a aumentar significativamente. As zonas florestais são importantes para o pastoreio, obtenção de lenha e, em menor escala, para a recolha de cogumelos (Costa, 1998).

Quanto à demografia (Quadro 1), no período de 1960-96, o PNM sofreu uma regressão demográfica de 58,85%. A perda é maior no concelho de Vinhais (63,85%), do que no concelho de Bragança (53,34%). A densidade populacional, em 1996, era de 10,25 hab/km² (Cabalheiro, 1998). As maiores densidades populacionais registam-se nas freguesias que limitam as sedes de concelho, diminuindo à medida que nos afastamos destes centros (Gafeira, 1989).

Quadro 1 - Evolução da pop. (60-96), área e densidade pop. do PNM e por concelhos.

	Evolução da População			Densidade Populacional		
	N ° de habitantes		Var.% 60-96	1996		
	1960	1996		Área (Km ²)	Pop. Residente	Densidades
C. Bragança	9599	4479	-53,34	445,3	4161	9,34
C. Vinhais	10579	3824	-63,85	305,71	3540	11,58
Total do PNM	20178	8303	-58,85	751,01	7701	10,25

Fonte: INE, 1960 citado por Cabalheiro (1998); Inquérito à população do PNM, 1996 (Cabalheiro, 1998)

A população que habita o PNM encontra-se envelhecida, em 96, a classe etária com mais de 65 anos representava 30,8% da população, enquanto a classe com menos de 14 anos, representava apenas 10,9%; ao passo que, em 81, estes valores, eram respectivamente, de 14,2% e 25,9%. Para além disto, cerca de 64%, da população, em 96, tinha idade superior a 40 anos, enquanto que em 60 era apenas de 43% (Quadro 2).

Quadro 2 – População residente no PNM, por classe etária, em 1981 e 1996

	Classes etárias (%)				
	0-14 anos	15-24 anos	25-39 anos	40-64 anos	>65 anos
1981	25,9	17,4	13,7	28,8	14,2
1996	10,9	11,6	13,5	33,1	30,8

Fonte: Adaptado de Gafeira (1989) e de Cabalheiro (1998)

No que respeita ao emprego (Quadro3), a população activa do PNM é de 2444 pessoas, 56,6% no concelho de Bragança e 43,4% no de Vinhais; o sector primário ocupa mais de metade dos activos (59,17%), seguido do sector terciário e secundário com 26,39% e 14,44%, respectivamente. Naturalmente o concelho de Vinhais regista mais activos no sector primário (69,43%) do que Bragança (51,3%).

Quadro n.º3 – População Activa por Sectores de Actividade no PNM, em 1996

	Sectores de Actividade							
	População Activa		Primário		Secundário		Terciário	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Bragança	1384	56,6	710	51,3	220	15,9	454	32,8
Vinhais	1060	43,4	736	69,4	133	12,6	191	18,0
PNM	2444	100	1446	59,2	353	14,4	645	26,4

Fonte: Cabalheiro (1998)

3. Aplicação do Reg. (CEE) 2080/92 no PNM

A Portaria n.º 199/94 estabelece o regime de ajudas às medidas florestais na agricultura, instituídas pelo Reg. (CEE) 2080/92, de 30 de Junho. Este regime visa fomentar a utilização alternativa de terras agrícolas marginais e contribuir para a redução do défice da EU em produtos silvícolas. Deste modo, a UE, incentiva a florestação das terras agrícolas marginais, obedecendo a critérios equilibrados de ocupação do espaço, salvaguardando níveis mínimos de diversidade e a conservação dos recursos envolvidos.

Centrando a atenção no nosso estudo de caso, apresentamos sucessivamente vários indicadores que caracterizam a aplicação destes programa no PNM, assim como o estado actual dos povoamentos instalados.

Os projectos estudados distribuem-se de uma forma mais ou menos uniforme por toda a área do PNM, um ou dois por aldeia, seguindo a distribuição das parcelas de cereal e de lameiro as quais, por sua, vez se encontram espalhadas. Quanto à idade (Quadro 4) mais de metade (55%) dos proprietários têm idade superior a 65 anos; classe entre os 40 e os 64 anos têm igualmente uma grande representação (40%). Para além de reflectir o envelhecimento da população já referido no ponto 1, devemos também ter em conta que as pessoas, naturalmente, procuram actividades menos exigentes em mão-de-obra, quer porque já não podem trabalhar devido a sua idade avançada, quer porque a mão-de-obra assalariada escasseia e é cara. Neste sentido a florestação de terras agrícolas é adequada à situação sócio-económica verificada na área estudada, assim como em muitas outras do interior do país.

Quadro n.º 4– Classe etária dos proprietários

Classe	N.º	%
25-39	1	5
40-64	8	40

>65	11	55
Total	20	100

Fonte: Dados do inquérito

Quanto à ocupação profissional (Quadro 5) a maioria (60%) dos proprietários são reformados, apenas 20% são agricultores a título principal. Como é normal na região transmontana os reformados mantêm alguma actividade agrícola, sendo nessa lógica que “apostam” na florestação de terras que já não podem, ou querem cultivar, pelas razões apontadas acima.

Quadro 5 – Ocupação profissional dos proprietários

	Actividade Principal		Outra Actividade	
	N.º de pessoas	Percentagem	N.º de pessoas	Percentagem
Agricultura	4	20	0	0
Reformado	12	60	10	50
C. Civil	1	5	1	5
Conta própria	1	5	1	5
GNR	1	5	1	5
Total	19	95	19	65

Fonte: Dados do inquérito

A ideia de recorrer ao programa 2080/92 parte, quase sempre, dos proprietários (85%) o que indicia uma boa divulgação do mesmo (Quadro 6). Quem escolhe as espécies é o projectista que elabora o projecto, 50% dos casos, enquanto que o proprietário o faz em apenas 35% dos casos; em relação à origem das plantas apenas 25% dos proprietários a conhecem. Este alienamento do proprietário coloca-o na dependência das decisões do projectista, o que tanto pode ser positivo, se este tiver uma boa atitude profissional e técnica como pode ser gravoso no caso inverso, nomeadamente, ao não poder controlar a qualidade do material vegetativo, fica sujeito a problemas de morte das plantas e à utilização com material contaminado.

Quadro 6 – Autoria da ideia do projecto e da escolha das espécies plantadas

	Ideia		Escolha espécies		Conhece origem	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Proprietário	17	85	7	35	5	25
Projectista	0	0	10	50	15	75
Eng. PNM	0	0	1	5	-	-
Familiar	3	15	1	5	-	-
Proprietário/Projectista	0	0	1	5	-	-
Total	20	100	20	100	20	100

Fonte: Dados do inquérito

A área preconizada nos projectos é ligeiramente superior à realmente executada, existindo uma diferença de 21,7 ha, no total. As parcelas florestadas, encontram-se, em média, a 872m de altitude e, predominantemente, expostos, a Este, Sudeste e Sudoeste. Quanto à ocupação

anterior, maioritariamente, estavam ocupadas com cereal (74,3%), seguindo-se os lameiros com cerca de 12,5% (Quadro 7). Em média, as parcelas florestadas estavam à 1,6 anos sem culturas agrícolas, perfeitamente dentro do regulamento que estabelecia o limite máximo de cinco anos, embora, como é óbvio, este aspecto seja relativamente simples de contornar, dado que não é fácil determinar se sim, ou não as terras estavam a ser cultivadas. Os projectos estudados estavam implantados, em média, à dois anos, aproximadamente.

Quadro 7 - Ocupação do solo anterior à implementação do projecto

	Cereal	Lameiro	BMH*	Vinha	Misto	Total
Média p/ proj. (ha)	4,6	0,8	0,2	0,05	0,5	-
Área total (ha)	91,7	15,5	5,4	0,9	9,9	123,4
% Área total	74,3	12,5	4,4	0,73	8,0	-

*BMH - Batata, Milho, Horta

Fonte: Dados do inquérito

De uma forma geral, as espécies e as áreas preconizadas foram executadas conforme o previsto (Quadro 8 e 9). O castanheiro foi a espécie preferida, explorado para madeira, ou para madeira/fruto, com predomínio da primeira opção em cerca de dois terços dos casos. Como excepção os projectos em que estava preconizado o carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) foram plantadas outras espécies de carvalho. Em mais de metade da área total (57,7%) o compasso não está de acordo com o preconizado, sendo tendencialmente inferior.

Quadro 8 - Relação espécies preconizadas/espécies efectuadas

		Média p/ proj. (ha)	Área total (ha)	Área total %
Castanheiro	Preconizado	3,9	78,2	63,4
	Efectuado	3,6	72,6	58,8
Madeira	Preconizado	1,0	20,0	16,2
	Efectuado	1,1	22,9	18,6
Madeira/Fruto	Preconizado	0,2	4,7	3,8
	Efectuado	0,0	0,0	0,0
Carvalho	Preconizado	0,8	15,3	12,4
	Efectuado	0,9	17,4	14,1
Cerejeira	Preconizado	0,07	1,4	1,1
	Efectuado	0,09	1,9	1,5
Freixo	Preconizado	0,2	3,8	3,1
	Efectuado	0,1	3,0	2,4
Nogueira	Preconizado	0,0	0,0	0,0
	Efectuado	0,3	5,7	4,6

Fonte: Dados do inquérito

Quadro 9 – Relação compasso preconizado/executado

Compasso preconizado = Executado			
	Sim	Superior	Inferior

Área total (ha)	52,2	24,7	46,5
% Área total	42,3	20,0	37,7

Fonte: Dados do inquérito

Quanto ao estado de desenvolvimento das plantas (Quadro 10), estas apresentam homogeneidade muito elevada (37,4%), ou média (32,45%). O crescimento e vigor são, maioritariamente, médios, 51,4% e 41,6%, respectivamente, embora parte considerável apresente crescimento e vigor elevado ou muito elevado.

Quadro 10 - Estado de desenvolvimento dos povoamentos

	Estado de Desenvolvimento				
	Muito Baixo	Baixo	Médio	Elevado	Muito Elevado
Homogeneidade					
Média p/ proj. (ha)	0,3	1,1	2,0	0,5	2,3
Área total (ha)	6,0	21,8	40,0	9,5	46,1
% Área total	4,9	17,7	32,4	7,7	37,4
Crescimento					
Média p/ proj. (ha)	0,3	0,6	3,2	0,3	1,8
Área total (ha)	6,5	11,9	63,5	5,6	35,9
% Área total	5,3	9,6	51,4	4,5	29,1
Vigor					
Média p/ proj. (ha)	0,0	0,8	2,6	1,5	1,3
Área total (ha)	0,0	17,0	51,3	29,6	25,4
% Área total	0,0	13,7	41,6	24,0	20,6

Fonte: Dados do inquérito

Quanto à situação do solo sob-coberto (Quadro 11) 57,1% da área total apresenta revestimento com herbáceas, enquanto que 41,8% se encontra escarificada, ou lavrada. Apenas uma área residual apresenta giesta (1,1%) o que indicia que os povoamentos estão a ser vigiados e tratados pelos proprietários.

Quadro 11 - Estado do solo sob-coberto

	Média p/ proj. (ha)	Área total (ha)	Área total %
Escarificado	2,6	51,6	41,8
Herbáceas	3,5	70,5	57,1
Giestas	0,06	1,3	1,05

Fonte: Dados do inquérito

O que acabamos de dizer é confirmado pelo estado fitossanitário dos povoamentos (Quadro 12 e 13). As doenças e as pragas são pouco significativas, apenas as manchas foliares aparecem em 17,6% da área estudada. Por espécies, o castanheiro apresenta manchas, doenças e pragas, mas em percentagens muito baixas. Todos os povoamentos de cerejeira apresentavam manchas foliares, possivelmente devido à falta de magnésio. O carvalho

apresentava manchas foliares em 37,5% dos povoamentos, sendo desconhecida a sua origem. As restantes espécies não evidenciavam manchas, doenças ou pragas.

Quadro 12 - Estado fitossanitário dos povoamentos

	Manchas Foliares		Doenças		Pragas	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Média (ha)	1,2	5,1	0,2	6,0	0,1	6,0
Área total (ha)	21,7	101,7	3,6	119,8	2,9	120,5
% Área total	17,6	82,4	2,9	97,1	2,4	97,6

Fonte: Dados do inquérito

Quadro 13– Estado fitossanitário das diferentes espécies

	Manchas (%)		Doenças (%)		Pragas (%)	
	Não tem	Tem	Não tem	Tem	Não tem	Tem
Castanheiro	98,0	2,0	98,0	2,0	93,5	6,5
Nogueira	100	0	100	0	100	0
Carvalho	62,5	37,5	100	0	100	0
Cerejeira	0	100	92	8,0	100	0
Freixo	100	0	100	0	100	0
Misto	100	0	100	0	100	0

Fonte: Dados do inquérito

No que respeita às operações de preparação do terreno (Quadro 14), observa-se que na ripagem cruzada, a lavoura contínua e a valisagem o executado foi superior ao previsto. Relativamente aos patamares o previsto corresponde ao executado. Enquanto que nos projectos onde estavam previstas a ripagem simples, a abertura de covas e a vala e câmoros não foi executadas.

Quanto ao atraso em relação ao preconizado no projecto (Quadro 15), relativamente à preparação, plantação e retanchar registou-se um atraso médio de 10, 12 e 13 meses, respectivamente.

Quadro 14– Preparação de terreno Previsto/Executado

		Média	Área Total	Área Total	Diferença
		p/ proj. (ha)	(ha)	%	Total (%)
Ripagem Cruzada	Preconizado	3,8	76,1	63,9	+11,9
	Executado	4,7	93,6	75,8	
Ripagem Simples	Preconizado	1,4	28,6	24,0	-15,7
	Executado	0,5	10,2	8,3	
Lavoura Contínua	Preconizado	0,4	7,9	6,6	+4,0
	Executado	0,6	13,1	10,6	
Patamares	Preconizado	0,3	6,5	5,3	0,0
	Executado	0,3	6,5	5,3	
Vala e Câmoros	Preconizado	0,6	11,5	9,6	-9,6
	Executado	0,0	0,0	0,0	

Valisagem	Preconizado	4,5	90,8	76,2	+18,2
	Executado	5,8	116,5	94,4	
Covas	Preconizado	0,8	16,8	14,1	-8,5
	Executado	0,3	6,9	5,6	

Fonte: Dados do inquérito

Quadro 15 - Meses do projecto e atraso em relação à calendarização

	N.º de meses do projecto	Atraso na calendarização preconizado/executado		
		Preparação	Plantação	Retanchar
Média	24,6	10,4	11,8	13,1

Fonte: Dados do inquérito

Dos 20 projectos estudados apenas 13 tinham estabelecido um POG. A retanchar, quando prevista, foi sempre executada, assim como a adubação, a enxertia e a gradagem; na poda de formação registaram-se 67% de falhas; a limpeza, a selecção do melhor lançamento e a desramação não foram efectuadas. Relativamente a estas falhas, é preciso ter em conta que os projectos visitados são muito novos e, na sua maioria, as operações preconizadas no POG ainda não tiveram tempo de ser executadas (Quadro 16).

Quadro 16 – Operações previstas/ executadas no Plano Orientador de Gestão

	Nº de projectos previstos	Desvio	
		Previsto/executado	% Desvios
Retanchar	13	0	0
Adubação	3	0	0
Desramação	1	0	100
Entupimento	4	4	0
Enxertia	1	0	0
Gradagem	5	0	0
Limpeza	2	2	100
Poda de formação	3	2	67
Seleção do melhor lançamento	1	1	100

Fonte: Dados do inquérito

Dada a situação dos povoamentos estarem situados numa zona protegida indagamos acerca do impacto da fauna silvestre, pois esta é uma matéria sensível para a gestão desta área protegida, devido à presença de actividade agrícola, como a produção de cereal e de castanha, principalmente (Quadro 17 e 18). Num total de 183 parcelas, 99 foram afectadas, o que corresponde a 54,1% das parcelas. Por espécie, o veado danificou 1,6% parcelas, o corço 31,7%, o javali 26,2% e outros animais (coelhos, ratos e ovelhas) atacaram 20,2%. Verifica-se que o veado só fez estragos num projecto, possivelmente devido às parcelas não se localizarem no território de dispersão do mesmo, porém os danos produzidos provocaram a

morte das plantas, o que atesta a necessidade de prever protecções em povoamentos situados na área de dispersão. O corço fez estragos em 10 projectos dos 20 visitados, provocando maioritariamente estragos na Primavera. Este consome, normalmente, a parte verde e/ou faz a marcação do tronco, em 5 casos estes fenómenos aconteceram em simultâneo, são no entanto danos reversíveis.

O javali fez igualmente estragos em 10 projectos dos 20 visitados, 4 dos inquiridos referem que, normalmente, este provoca estragos durante todo o ano, embora haja 3 inquiridos que digam que o javali provoca mais estragos no Inverno, os restantes apontam os estragos para a o Verão e Primavera. O javali na maioria das vezes danifica toda a planta, provocando deste modo um dano irreversível. Coelhos e as ovelhas afectaram 6 projectos e, na maioria dos casos provocados durante todo o ano, estes animais normalmente consomem a parte verde e as plantas recuperam; os ratos destroem as raízes, provocando danos irreversíveis à planta. Apenas três parcelas em todos os projectos estudados tinham protecções contra os animais o que se estranha pois a ocorrência de danos justifica plenamente a adopção das mesmas.

Quadro 17 – Parcelas afectadas por animais silvestres e domésticos

	Total	Afectadas	Veado	Corço	Javali	Outros
Total de Parcelas	183	99	3	58	48	37
% de Parcelas	100	54,1	1,6	31,7	26,2	20,2
Média Parcelas p/ Projecto	9,15	5	0,2	2,9	2,45	1,8

Fonte: Dados do inquérito

Quadro 18 - Estragos por animais silvestres, por espécie animal e por época do ano

		Veado		Corço		Javali		Outros	
		Nº casos	%	Nº casos	%	Nº Casos	%	Nº Casos	%
Época	Primavera	1	100	6	60	1	10	0	0
	Verão	0	0	1	10	2	20	0	0
	Outono	0	0	0	0	0	0	0	0
	Inverno	0	0	0	0	3	30	0	0
	Todo o ano	0	0	2	20	4	40	5	83,3
	Primavera/Verão	0	0	1	10	0	0	1	16,7
	Total	1	100	10	100	10	100	6	100
Tipo de Estrago	Consumo parte verde	0	0	3	30	0	0	5	83,3
	Marcação tronco	0	0	2	20	2	20	0	0
	Raízes	0	0	0	0	0	0	1	16,7
	Quebra de Ramos	0	0	0	0	0	0	0	0
	Toda a planta	1	0	0	0	8	80	0	0
	P. Verde/M. Tronco	0	0	5	50	0	0	0	0
	Total	1	100	10	100	10	100	6	100
Estragos	Reversível	1	0	10	100	2	20	5	83,3
	Irreversível	0	0	0	0	8	80	1	16,7
	Total	1	100	10	100	10	100	6	100

Fonte: Dados do inquérito

Finalmente, também pretendíamos saber a opinião dos proprietários em relação aos seus novos povoamentos (Quadro 19), e se, no geral, estão satisfeitos ou não, com o projecto, tentando avaliar predisposição para eventuais projectos análogos (Quadro 20). A grande maioria (83,8 %) considera que os povoamentos foram instalados em solos com boa aptidão. Em relação ao crescimento (“Medrar”) das plantas, 86,7% acha que elas estão a crescer bem. Quanto aos problemas eles já se verificaram 59,6% da área total florestada.

As opiniões dividem-se 45% mostraram-se contentes ou muito contentes, 40% indiferentes e os restantes estavam muito descontentes(10%) e descontentes (5%).

Quadro 19- Opinião dos proprietários em relação aos novos povoamentos

	Aptidão		Medrar		Problemas
	Sim	Não	Bem	Mal	
Média p/ proj. (ha)	5,1	1,0	5,3	0,8	3,7
Área total (ha)	103,4	20,0	106,7	16,7	73,6
% Área Total	83,8	16,2	86,7	13,5	59,6

Fonte: Dados do inquérito

Quadro 20 - Satisfação dos proprietários face ao projecto

	N.º de Proprietários	Percentagem
Muito Descontente	2	10
Descontente	1	5
Indiferente	8	40
Contente	4	20
Muito contente	5	25
Total	20	100

Fonte: Dados do inquérito

4. Conclusões

Tentamos sistematizar as nossas conclusões em três grupos: as que caracterizam os proprietários e os projectos, as de natureza técnica relativas à execução do projecto e, por fim, as de natureza política.

Os proprietários são na sua maioria reformados e apenas menos de um quarto são agricultores a título principal. Normalmente, são os proprietários que têm a ideia de realizar o projecto, enquanto que quem escolhe as espécies a plantar é quase sempre o projectista, razão pela qual o desempenho profissional deste é vital para a boa execução, ou não do projecto. Idealmente, julgamos nós, era preferível um melhor controlo destes aspectos por parte do proprietário.

Os projectos encontram distribuídos por toda a área do Parque, ocupando sobretudo as antigas folhas de cereal e, em menor escala, os lameiros, ambos, por sua vez, se distribuem por toda a área do PNM. A maior parte dos proprietários considera que os povoamentos foram instalados em solos com boa aptidão para a espécie instalada e que as plantas estão a crescer bem, apesar de assinalarem a ocorrência de problemas, do tipo morte das plantas e mau crescimento, em mais de metade da área florestada. Quanto à satisfação, cerca de metade mostra-se satisfeito.

A área preconizada nos projectos é ligeiramente superior à executada na prática, possivelmente, devido ao tipo de medição, ou mesmo para as ajudas serem superiores. As espécies e respectivas áreas preconizadas nos projectos, foram de uma maneira geral efectuadas na prática, mas existem algumas falhas, nomeadamente, nos projectos onde estava preconizado a espécie carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) foram plantadas outras espécies de carvalho, esta situação supõe-se é devido à indisponibilidade da espécie nos viveiros onde os técnico responsável pelo projecto vai buscar as plantas. O compasso em mais de metade da área total não está de acordo com aquela que estava preconizado no projecto. O castanheiro foi a espécie mais plantada explorado para madeira (alto fuste) e para madeira/fruto; a área preconizada para alto fuste é superior à preconizada para madeira/fruto.

Quanto ao estado dos povoamentos, no geral, apresentavam elevada homogeneidade, um vigor e crescimentos médios, apresentando ainda muitos um vigor e crescimento elevado ou muito elevado. De uma forma geral, as plantas não apresentavam problemas fitossanitários graves. O sob-coberto apresentava-se com herbáceas, ou escarificados, e apenas uma área residual apresenta giesta. Estes indicadores indiciam que os povoamentos foram instalados correctamente do ponto de vista técnico e que estão a ser vigiados e tratados pelos proprietários.

Quanto ao grau de cumprimento com o especificado em projecto, de um modo geral, as operações de preparação de terreno preconizadas foram executadas, registando-se, no entanto em média, o atraso de cerca de um ano na preparação do terreno, plantação e retanchar. Quanto às operações de gestão silvícola preconizadas no POG até à data da avaliação foram executadas conforme o previsto, exceptuando limpeza de matos a selecção do melhor lançamento, a desramação e a poda de formação, mas, é preciso ter em conta que, os projectos visitados têm em média dois anos e na maioria deles as operações preconizadas no plano ainda não tiveram tempo de ser executadas.

Quanto aos estragos provocados por animais silvestres e domésticos, sobretudo os primeiros, registaram-se estragos em mais de metade das parcelas, sobretudo por parte do corço e do javali. Apesar de muitos dos estragos não serem irreversíveis este nível de prejuízo levar-nos-ia a pensar que as parcelas deviam estar protegidas o que de facto não se verifica pois são raras as que apresentam protecções.

Finalmente no que respeita a conclusões de natureza política, observamos com algum optimismo a capacidade demonstrada para a realização deste tipo de projectos. O facto de o castanheiro ser a espécie privilegiada demonstra, por sua vez, em nossa opinião, a capacidade para adequar as políticas às condições técnicas e sócio-económicas locais. No entanto, não excluimos a possibilidade da área de castanheiro explorado para madeira/fruto vir a aumentar, através da enxertia das áreas exploradas para madeira, com variedades produtoras de castanha, dado que a produção de castanha é mais rentável, confere rendimentos mais cedo e mais regulares. Á luz das condições sócio-económicas dos agricultores da região não virá mal ao mundo se isto se vier a verificar, porém, à luz do espírito da política que estabelece este programa, não deixa de se verificar um desvio inequívoco, pois não se trata mais de florestar terras agrícolas marginais, mas antes substituir uma cultura agrícola (cereal ou lameiro) por outra, soutos para a produção de castanha.

Apraz também registar o cuidado que o PNM tem posto na execução e controlo dos projectos efectuados, evidenciando, se tal fosse preciso, a importância de existirem organismos locais conhecedores das circunstâncias técnicas e sócio-económicas reais, contribuindo desta forma para a boa adequação das medidas de desenvolvimento aos objectivos a que se destinam.

Como contributo a próximos estudos relacionados com o tema e/ou área de estudo deixamos as seguintes sugestões: (1) Quando for a altura de fazer a enxertia dos castanheiros, deve-se verificar se estes são realmente para madeira/fruto, pois na nossa opinião isso irá acontecer. (2) Também ao nível das operações previstas no Plano Orientador de Gestão poderão existir algumas falhas da nossa parte, devido aos povoamentos ainda serem muito novos e as operações previstas ainda não terem tempo de serem executadas. Poder-se-á, então, acompanhar a forma e o empenhamento dos proprietários na condução dos povoamentos. (3) Poder-se-á questionar os proprietários sobre a não adopção de esquemas de protecção dos povoamentos contra animais silvestres e doméstico.

5. Bibliografia

- Aguiar, C. (1994). “Carta de Vegetação Actual do Parque Natural de Montesinho e Serra da Nogueira”. Memória descritiva. Instituto Politécnico de Bragança. Escola Superior Agrária. Bragança.
- Agroconsultores e Coba. (1991). Carta dos Solos, Carta do Uso Actual da Terra e Carta da Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real.
- Caballero, P. (1998). Área Periférica, de Borde, fronteriza. Área Protegida. Parque Natural de Montesinho. Bragança.
- Costa, C. (1998). “A Economia em O Homem”. Em Parque Natural de Montesinho. Património Natural Transmontano. João Azevedo Editor. Mirandela.
- Diário da República n.º 80, I Série-B de 6 de Abril de 1994. Portaria 199/94. pp.1622-1632.
- Gafeira, C. (1989). Parque Natural de Montesinho. População. Divisão de Ordenamento e Projectos. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza. Lisboa.
- Gonçalves, D. A. (1980). O Meio Natural em Parque Natural de Montesinho. Serviço de Parques Reservas e Património Paisagístico. Lisboa.
- Gonçalves, D. A. (1985). A Rega de Lima no Interior de Trás-os-Montes (Alguns aspectos da sua energética). UTAD. Vila Real.
- Gonçalves, D. A. (1991). O Clima e os Ecossistemas Agro-Ecológicos do Parque Natural de Montesinho. Actas do 2º Seminário Técnico sobre Conservação da Natureza nos Países do Sul da Europa. Faro.
- Jeff, H. (1993). Differential GPS Explained. An exposé of the surprisingly simple principles behind today’s most advanced positioning technology. Trimble Navigation.
- Jeff, H. (1989). GPS. A Guide to the Next Utility. Trimble Navigation. EUA
- Moreira, L. (1998). Fauna em O meio natural. Parque Natural de Montesinho. Património Natural Transmontano. João Azevedo Editor. Mirandela.
- Moreira, N. (1984). Os Sistemas de Agricultura do Nordeste. Seminário “A Agricultura Portuguesa”, Nov. 84. IUTAD. Vila Real.
- Pestana, A. (1998). Sistema de Posicionamento Global. Navstar/GPS. Gabinete de Topografia.
- Pires, J. e Moreira, N. (1995). O subsistema Pecuário de Bonivicultura na Área do Parque Natural de Montesinho. Instituto Politécnico de Bragança. Séries Estudos. Escola Superior Agrária de Bragança. Bragança.
- Pinheiro, M. P. (1993). Avaliação da Capacidade para a Actividade Agrícola da Área do Parque Natural de Montesinho. Utilização de Diagramas Bioclimáticos. Trabalho de Fim de Curso. Gestão de Recursos Florestais. Instituto Politécnico de Bragança. Escola Superior Agrária. Bragança.
- Rodrigues, A. P. e Aguiar, C. (1998). “Geologia e Relevo”. Em O meio natural. Parque Natural de Montesinho. Património Natural Transmontano. João Azevedo Editor. Mirandela.
- Rodrigues, A. P. e Aguiar, C. (1998). “Flora e Vegetação”. Em o Meio Natural. Parque Natural de Montesinho. Património Natural Transmontano. João Azevedo Editor. Mirandela.

- Teixeira, J. C. (1997). Sistema de Informação Geográfica com apoio à tecnologia GPS. Relatório Final de Estágio. Bacharelato em Gestão de Recursos Florestais. Instituto Politécnico de Bragança. Escola Superior Agrária. Bragança.
- Varejão, E. B. de S. (1996). Introdução ao Sistema de Posicionamento Global [Global Positioning System (GPS)]. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Departamento Florestal. UTAD. Vila Real.
- Varela, J. A. S. (1996). A Política Agrícola Comum, Os Princípios, As Reformas Actuais, A Futura Europa Verde. Publicações Dom Quixote. Lisboa.
- Costa, M. A. S.. (1995). O Impacto da Reforma da Política Agrícola Comum sobre o departamento Puy-de-Dôme (França). Relatório do Trabalho de Fim de Curso. Gestão da Empresa Agrícola. Instituto Politécnico de Bragança. Escola Superior Agrária. Bragança.
- Covas, A. (1997). A Conferência intergovernamental de 1996: da revisão do tratado da EU à revisão da PAC. Edição do Carrefour-Bragança. Bragança.
- Koe, T. (1988). Flora e vegetação da Bacia Superior do Rio Sabor. Instituto Politécnico de Bragança. Série Estudos. Escola Superior Agrária de Bragança. Bragança.